

O custo da

Karla Correia

■ BRASÍLIA. Satisfação garantida ou o seu dinheiro de volta. Se essa máxima do comércio fosse aplicada ao Senado, certamente a instituição estaria com o saldo devedor. Uma das mais caras casas legislativas do mundo, destino de uma dotação orçamentária de R\$ 2,6 bilhões, este ano, o Senado só conseguiu votar em plenário dois assuntos considerados de grande interesse público até agora: o projeto de lei que ampliou o Super-simples e a Medida Provisória que elevou o salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 380 em 1º de abril.

Mergulhados em uma crise política sem data para acabar, os 81 senadores que custam, cada um, R\$ 33,1 milhões por ano aos cofres públicos, preferiram se voltar para questões intestinas e deixaram em segundo plano o debate das grandes questões que afetam a população, concordam parlamentares e cientistas políticos.

Segundo levantamento da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, em agosto apenas um projeto de lei foi enviado para sanção presidencial. Neste mês, não houve sequer uma sessão deliberativa na Casa, emperrada pela que-

Em meio ao caso Renan, em agosto apenas um projeto de lei foi enviado para sanção presidencial

da-de-braço entre governo e oposição que teve como resultado a absolvição do presidente Renan Calheiros (PMDB-AL).

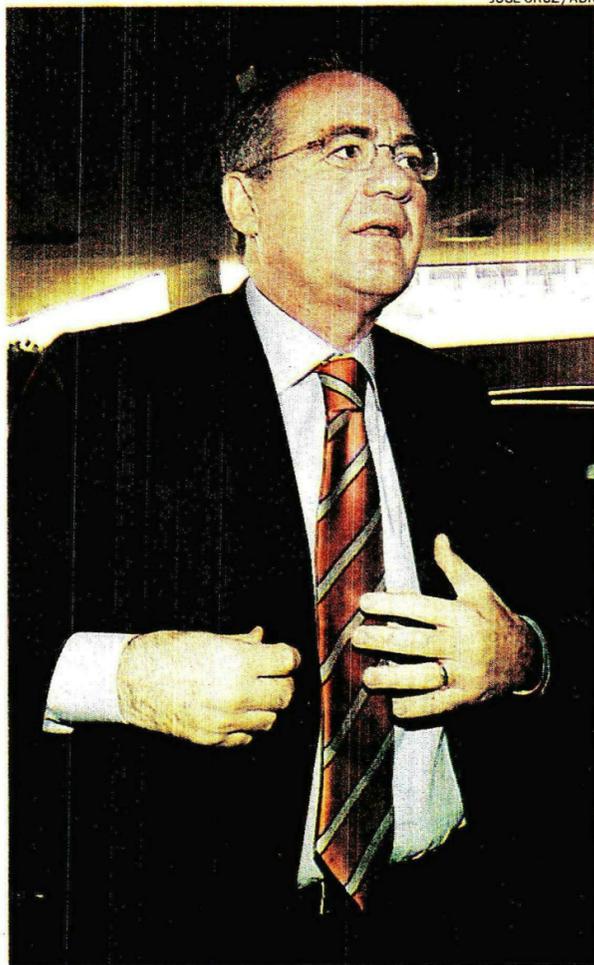
— A perda para o cidadão foi muito grande — reconhece o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Na avaliação do cientista político da empresa de consultoria legislativa Arko Advice, Cristiano Noronha, o Senado passou ao largo de temas que realmente interessam aos eleitores.

— A agenda legislativa do governo no Congresso como um todo teve andamento razoável. Mas, neste ano, o Senado foi marcado pela escassez de grandes assuntos em discussão — crítica o cientista político.

— Sofre o cidadão e mais tarde sofreremos nós, senadores, que vamos arcar com o peso tanto da absolvição de Renan quanto da paralisação do Senado — concorda Cristovam Buarque.

O Senado viu o ritmo de trabalho em plenário cair de forma drástica desde que a Casa se voltou de corpo e alma para a batalha política em torno do escândalo que enredou Renan Calhei-



JOSÉ CRUZ / ABR

Situação de Renan Calheiros gerou muito debate e emperrou a pauta

“Sofre o cidadão e sofreremos nós, que vamos arcar com o peso da absolvição de Renan e da paralisação do Senado”

Cristovam Buarque,
senador pelo PDT

Câmara. No mês seguinte, já com a Casa às voltas com denúncias envolvendo o ocupante do seu principal gabinete, o número de medidas provisórias aprovadas caiu para seis. Apenas dois projetos foram enviados para sanção.

— A situação se tornará ainda mais aguda a partir de agora — ameaça o líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN). — A paralisação de votações será usada de forma sistemática para pressionar pelo licenciamento de Renan Calheiros. Com Renan na Casa, não haverá votação, e dessa

de natureza política que, ao fim e ao cabo, terminam por beneficiar os próprios donos de assento na Casa. Fluiu como mel, por exemplo, aprovação de nomeações de autoridades, com destaque à celeridade dada à aprovação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Direito, e de concessões de rádios e emissoras de TV — essenciais para o relacionamento entre políticos e suas bases eleitorais. Essas, na verdade, foram aceleradas com a crise. Em maio, foram aprovadas 23 concessões na área de telecomunicações. Em junho, foram 33 as concessões, que subiram para 45 em agosto.

Partidário da “obstrução seletiva”, como foi batizada a paralisação das votações em plenário do Senado, Agripino defende a estratégia adotada como forma de protesto contra Renan e afirma que todas as matérias importantes que passaram pelo plenário do Senado foram aprovadas. Ainda assim, quando questionado sobre quais seriam os projetos ou medidas provisórias mais im-

de R\$ 2,6 bilhões, mas o plenário só votou dois projetos de relevância desde o início do ano

crise no Senado